



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
DIRETORIA DE CONCURSOS E VESTIBULARES



CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO SAD/MT 2009
EDITAL Nº 002/2009 - SAD/MT, DE 27 DE JULHO DE 2009

CADERNO DE PROVA

DELEGADO DE POLÍCIA

CANDIDATO

Data da Prova: 21 de Março de 2010

PROVA
201

A

INSTRUÇÕES

- I. Este caderno contém 80 (oitenta) questões objetivas.
- II. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal a substituição do caderno de prova.
- III. Para questão da Prova Objetiva há apenas uma alternativa correta. No cartão de respostas assinale somente uma letra como resposta, pintando completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, seguindo o exemplo: **A B C D E**
- IV. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para marcar a resposta, no cartão de respostas.
- V. O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição do cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá deixar a sala após 2 (duas) horas do início das provas.
- VII. O candidato somente poderá levar este caderno, 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.

FATORES QUE ANULAM UMA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA

- a. Questão sem marcar;
- b. Questão com rabisco, rasuras ou manchas;
- c. Questão com mais de uma opção assinalada.

Boa Prova!



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na revista *Língua Portuguesa* nº 42, de abril de 2009, o cronista português João Pereira Coutinho emite sua opinião sobre o novo acordo ortográfico celebrado pelos países lusófonos. Leia-a.

“Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra. Começo por ser contra com a força das minhas entranhas: sou incapaz de aceitar que uma dúzia de sábios se considere dona de uma língua falada por milhões. Ninguém é dono da língua. Ninguém a pode transformar por capricho. Por capricho, vírgula: por mentalidade concentracionária, em busca de uma unidade que, para além de impossível, seria sinistra. A língua é produto de uma história; e não foram apenas Portugal e Brasil que tiveram a sua história, apresentando variações fonéticas, léxicas ou sintáticas; a África, Macau, Timor e Goa, que os sábios do Acordo ignoraram nas suas maquinações racionalistas, também têm direito a usar e a abusar da língua.”

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A insistente repetição da palavra “contra” foi um recurso de linguagem usado pelo entrevistado para enfatizar sua posição adversa em relação ao Acordo.
- O termo “visceralmente” e a expressão “com a força das minhas entranhas” apresentam afinidade de sentidos.
- “uma dúzia de sábios” refere-se expressamente a doze intelectuais responsáveis pela instituição do Acordo.
- O cronista afirma ser a língua um bem de domínio público, que não deve sofrer intervenção estatal.
- A expressão “Por capricho, vírgula” introduz uma autorretificação do pensamento.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a evolução sequencial e previsível dos fatos está prejudicada.

- O Governo apresentou a proposta, ela foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente.
- A economia mundial foi abalada por uma grande crise, a população ficou apreensiva, mas os países já retomam seu crescimento.

- As grandes nações reduziram a emissão de CO₂, o planeta se superaqueceu e, agora, buscam-se medidas para reter a degradação ambiental.
- Ocorreu o acidente, a família requereu o seguro DPVAT e, com a indenização, cobriu as despesas hospitalares.
- O presidente da Nicarágua foi deposto, o governo foi assumido por um presidente interino e o país entrou em crise interna, com reflexos mundiais.

QUESTÃO 03

“Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

(Inciso VIII do Art. 5º da Constituição Federal Brasileira)

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “salvo” introduz restrições a eventuais desvios no exercício das liberdades religiosa, política e filosófica.
- O verbo “invocar” tem sentido de presumir.
- A expressão “a todos imposta” afirma o caráter coercitivo da lei.
- O texto prevê a possibilidade de se proporem opções, desde que legais, ao cumprimento de deveres por parte dos cidadãos.
- O pronome “as”, em “salvo se as invocar”, refere-se às crenças e convicções.

QUESTÃO 04

Considerando as flexões verbais nos enunciados e considerando a formalidade da língua, assinale a alternativa **correta**.

- A Polícia Federal não entrevistou no caso da guerrilha urbana, porque entendeu não ser de sua competência.
- Se este verão trazer mais chuvas, teremos novas enchentes Brasil afora.
- Em qualquer ramo da atividade humana, sempre houveram bons e maus profissionais.
- Especialistas recomendam que respeitemos a natureza se não quisermos legar desastres irreparáveis a nossos filhos.
- A adoção de políticas mais severas em Nova Iorque reteu a onda de crimes que assolava a cidade.

QUESTÃO 05

A redundância consiste no uso de palavras que expressam a mesma ideia de forma excessiva. Assinale a alternativa em que ocorre esse fenômeno.

- a. O cientista falou, em vídeo, sobre o aumento de casos de câncer no Brasil e no mundo.
- b. Considero que a queda do muro de Berlim e o atentado contra o World Trade Center sejam os acontecimentos mais importantes da história recente.
- c. A formação de cartéis e o monopólio exclusivo no comércio de bens de consumo são práticas prejudiciais aos consumidores.
- d. Em várias cidades brasileiras, a população saiu às ruas para protestar contra a corrupção política.
- e. Nem sempre se identifica a doença num primeiro exame clínico.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo foi usado em conformidade com a língua padrão.

- a. Nunca lhe disse antes, mas gosto muito de você.
- b. Agradecemos por você ter feito-nos este grande favor.
- c. Não fosse a exiguidade do espaço, a cerimônia de formatura poderia-se realizar no salão nobre.
- d. Te prepara, meu filho, porque a viagem será longa e cansativa.
- e. Os fortes não abatem-se com as derrotas.

QUESTÃO 07

“A maior linha de roçadeiras do País agora tem a maior garantia do mercado: 18 meses”
(Propaganda veiculada na revista *Veja* nº 43, de 28/11/2009)

Sobre o enunciado, é **incorreto** afirmar.

- a. O sujeito da oração é “A maior linha de roçadeiras do país”.
- b. O advérbio “agora”, se transposto para o início da frase, alteraria o sentido da mensagem.
- c. No lugar de dois pontos, poder-se-ia utilizar travessão.
- d. “Mercado”, neste contexto, corresponde ao comércio de roçadeiras pelos concorrentes.
- e. A repetição da palavra “maior” estabelece correspondência entre a dimensão da empresa e a extensão do benefício oferecido.

QUESTÃO 08

“Aquele casamento não poderia mesmo dar certo: ela gosta de ler Dostoiévsky; já ele só lê as tirinhas e as colunas esportivas do jornal... e olhe lá!”

Sobre o enunciado, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A palavra “mesmo” funciona como reforço argumentativo de uma opinião, a de que o casamento estava fadado ao insucesso.
- b. O locutor fundamenta sua opinião na adversidade socioeconômica do casal.
- c. Em “ela gosta de ler Dostoiévsky” ocorre uma figuração linguística que equivale a “Ela gosta de ler os livros que foram escritos por Dostoiévsky”.
- d. Tirinhas são fragmentos ou segmentos de histórias em quadrinhos, em faixas horizontais.
- e. A expressão “e olhe lá!” faz parte do linguajar coloquial e é usada para dar ênfase a uma expressão ou fazer uma advertência.

QUESTÃO 09

Observe o enunciado abaixo.

Que frio! Que vento! Que calor! Que caro! Que absurdo! Que bacana! Que tristeza! Que tarde! Que amor! Que besteira! Que esperança! Que modos! Que noite! Que graça! Que horror! Que doçura! Que novidade! Que susto! Que pão! Que vexame! Que mentira! Que confusão! Que vida! Que talento! Que alívio! Que nada...
Assim, em plena floresta de exclamações, vai-se tocando pra frente.

Carlos Drummond de Andrade.

Em relação ao enunciado, é **correto** afirmar.

- a. Não é um texto, pois é um amontoado de frases sem conexão entre si.
- b. O texto não tem sentido por falta de elementos coesivos.
- c. A pontuação compromete o sentido do texto.
- d. A última frase compensa a falta de elementos coesivos e dá sentido ao todo.
- e. Não é um texto, pois o trecho faz parte de um poema do autor.

QUESTÃO 10

Analise a frase.

“A multidão se dirigiu para onde havia água em abundância, pois assim teriam mais tempo até serem resgatados”.

Com base nela, assinale a **correta**.

- a. Está correta, pois, os verbos no plural se explicam como um caso de silepse de número.
- b. Não está correta porque o primeiro verbo está no singular.
- c. Não há concordância em número, pois há, para o sujeito “multidão”, verbos tanto no singular quanto no plural.
- d. A conjunção “pois” é coordenativa explicativa e em seu lugar deveria haver uma subordinativa conformativa.
- e. Está totalmente incorreta, pois não há concordância em número ou em gênero.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 11

Assinale a questão abaixo que **não** corresponde à história do período colonial mato-grossense.

- a. A Rusga foi um conflito político que envolveu as facções dos Liberais e dos Caramurus, usando o povo para que realizasse motins e rebeliões.
- b. O conflito entre o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e os Irmãos Leme.
- c. O Rio Jauru, por ocasião do Tratado de Madri, foi considerado um marco geográfico muito importante, o que fez com que a Coroa Portuguesa, em 1754, mandasse despachar, de Portugal, grandes blocos de pedra esculpidos em forma piramidal com inscrições que declaravam que aquelas terras eram de domínio portugueses.
- d. O rei de Portugal, considerando o pedido do governador, autorizou que fossem montadas bandeiras e expedições para exterminar os índios Paiaguá.
- e. Uma construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Real Príncipe de Beira, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois a posição geopolítica dessa fortificação era estratégica.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa **correta** sobre a história econômica de Mato Grosso, do Império à República.

- a. A extração da erva-mate foi pouco expressiva na região de Mato Grosso, não configurando presença nos rumos da economia da província mato-grossense.

- b. A poaia, conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, foi raiz de exportação apenas até a primeira metade do século XIX, pouco contribuindo com a economia da província.
- c. Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado látex de excelente qualidade, muito procurado pelos europeus. Grandes casas comerciais regionais a comercializam, exportando a produção diretamente aos mercados platinos e europeus.
- d. O pioneiro na implantação de usinas de açúcar em Mato Grosso foi Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, famoso proprietário da Usina Itaici. Porém, com a falta de recurso e tecnologia esta usina teve um caráter efêmero.
- e. A pecuária, em Mato Grosso, foi historicamente uma atividade pouco exercida pela necessidade de grande número de mão-de-obra. Inicialmente o gado era utilizado no abastecimento da região mineradora, depois surgiram algumas charqueadas ao longo do Rio Cuiabá e Paraguai, mas, com pouca expressão econômica.

QUESTÃO 13

“O Coronelismo pode ser definido como o poder exercido pelos homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciadas, durante o Império, com patentes da Guarda Nacional correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém, eram coronéis civis, da Guarda Nacional” (SIQUEIRA, 2002, p.157).

Foram ações ou movimentos coronelistas no período republicano em Mato Grosso, **exceto**:

- a. a deposição de Magessi.
- b. o massacre da Baía do Garcez.
- c. o assassinato de Totó Paes.
- d. a Caetanada.
- e. o conflito entre José Morbeck e Carvalhinho.

QUESTÃO 14

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças no meio rural e urbano, em busca da modernização.

Sobre essas mudanças, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Implantação dos grandes eixos rodoviários e o aumento da urbanização.
- () Expansão agropecuária e a mecanização agrícola.
- () Desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, e desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- () Avanços do setor de serviços e de informática.

Assinale a sequência **correta**.

- a. F, V, V, V.
- b. V, V, V, V.
- c. F, V, F, V.
- d. V, V, F, F.
- e. F, F, F, V.

QUESTÃO 15

As afirmativas sobre a hidrografia mato-grossense estão corretas, **exceto**:

- a. a maior parte dos rios mato-grossenses encontra-se em área de clima tropical semi-úmido, com estação seca muito pronunciada e, portanto, com grande oscilação da vazão fluvial.
- b. o principal divisor de águas, em Mato Grosso, é o Planalto dos Parecis.
- c. está localizado, em Mato Grosso, o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná, com grande número de cabeceiras de rios que são impróprios para o transporte fluvial de cargas.
- d. em Mato Grosso, os rios pertencentes à bacia Amazônica drenam 2/3 do seu território. Esses rios percorrem superfícies de Planaltos e Chapadas dos Parecis, Planaltos e Serras Residuais e Depressões, as duas últimas do Norte de Mato Grosso, apresentando em seus cursos cachoeiras e corredeiras.
- e. possui grandes lagos e lagoas de erosão fluvial e de barragem, notadamente no Pantanal.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 16

Com base na Lei Complementar nº 266, de 29/12/2006, considera-se cargo de assessoramento, um conjunto de atribuições que:

- a. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo Estadual.

- b. implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas.
- c. implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas.
- d. concerne a um ou mais assuntos complementares cometidos a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento.
- e. corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental.

QUESTÃO 17

Segundo a LC 266/2006, são direitos dos servidores exclusivamente comissionados, **exceto**:

- a. gratificação natalina correspondente a 01(um) subsídio mensal integral.
- b. contribuição referente à cota parte do empregador ao INSS.
- c. licença médica, atestada pela unidade de perícia médica do INSS, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias.
- d. 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a cada período de 12 (doze) meses efetivamente trabalhados.
- e. adicional de 1/3 (um terço) de férias.

QUESTÃO 18

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso tem as seguintes competências, **exceto**:

- a. empossar novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, nomeados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- b. suspender o direito de o policial civil portar arma de fogo, por conveniência disciplinar, ou recomendação médica ou solicitação da Gerência de Armas *ad referendum*, do Conselho Superior da Polícia Judiciária Civil.
- c. avocar, excepcional e fundamentadamente, Inquérito Policial e outros procedimentos de Polícia Judiciária Civil, para redistribuição.

- d. gerir as atividades referentes à administração de pessoal, material, orçamento, finanças e serviços gerais.
- e. determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 19

Sobre o estágio probatório, previsto para a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será exonerado por ato do Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso ou por Ato Governamental o policial civil em estágio probatório que não preencher os requisitos estabelecidos em lei específica para o estágio probatório.
- b. Esgotado o prazo de defesa e produzidas as provas requeridas, a comissão decidirá, mediante voto e pela maioria simples de seus membros presentes, sobre a conveniência ou não da permanência do policial civil no serviço público.
- c. O policial civil em estágio probatório, exceto por ato presidencial, não poderá ser colocado à disposição de outros órgãos, instituições ou poderes, do Estado ou de Unidades da Federação, nem exercer cargo ou função de confiança.
- d. O período de estágio probatório em cargo policial civil é considerado de efetivo exercício para todos os fins.
- e. Até o vigésimo dia, antes de encerrar o prazo de estágio probatório, deverá a comissão emitir parecer conclusivo e fundamentado sobre a permanência ou demissão do policial civil.

QUESTÃO 20

Em relação à Lei Complementar nº 112/2002, que instituiu o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Concluídas as diligências promovidas pela Comissão de Ética, o servidor público será oficiado para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b. É vedado ao servidor público, o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de

instruir e fundamentar promoções e para todos demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

- d. Toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- e. O servidor público será oficiado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em razão do processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste código, instaurado pela Comissão de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

QUESTÃO 21

Na organização básica dos órgãos da Administração Direta do Estado de Mato Grosso, o Nível de Gerência Superior será:

- a. representado pela coordenação e execução de atividades em determinados polos regionais a serem definidos por decreto.
- b. exercido pelos subsecretários, com funções relativas à implantação e controle de programas e projetos, bem como atividades de gerência necessárias ao desempenho da Pasta.
- c. representado pelos Conselhos ou assemelhados com respectivas funções regimentais.
- d. representado pelos Secretários de Estado, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas.
- e. relativo ao apoio especializado aos titulares dos órgãos.

QUESTÃO 22

No tocante à Lei Complementar nº 14, 16/01/1992, qual Autarquia não é vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda?

- a. Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB/MT.
- b. Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso – IPEMAT.
- c. Banco do Estado de Mato Grosso S.A – BEMAT.
- d. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso – IOMAT.
- e. Loteria do Estado de Mato Grosso – LEMAT.

QUESTÃO 23

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.
- b. Por falta de regulamentação de lei complementar, o servidor público estatutário não faz jus ao benefício Aposentadoria Especial.
- c. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, e no exercício pleno de seus direitos civis.
- d. A lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos e particulares, conforme previsão da Magna Carta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 24**

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.
- b. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- c. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- d. Apenas o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- e. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

QUESTÃO 25

Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e, notadamente:

- a. permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilícitamente.
- b. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- c. ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- d. deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- e. frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

QUESTÃO 26

Sobre a Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- b. Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal à determinada pessoa, integrante ou não da Administração.
- c. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.
- d. Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- e. A centralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, ou seja, por intermédio dos inúmeros órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional.

QUESTÃO 27

Quanto ao ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Licença é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.
- b. Admissão é o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.
- c. Permissão é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.
- d. Autorização é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.
- e. Alvará é o instrumento formal expedido pela Administração que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

QUESTÃO 28

Constituem atributos do Ato Administrativo:

- a. presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- b. revogabilidade, coercibilidade e transitoriedade.
- c. oportunidade, conveniência e presunção de legitimidade.
- d. vinculação à lei, forma e competência.
- e. ofícios, pareceres e avisos.

QUESTÃO 29

Com relação ao Poder de Polícia, assinale a alternativa **correta**.

- a. Consiste apenas na faculdade de prender os que perturbam a ordem pública ou praticam crimes.
- b. Consiste no conjunto de limitações impostas coercitivamente pelo Estado à atividade e à propriedade privadas.
- c. É sempre exercido apenas sobre os bens particulares.
- d. É sempre exercido exclusivamente sobre as pessoas.
- e. É a prevalência do interesse particular em face do interesse coletivo.

QUESTÃO 30

Quanto aos Agentes Públicos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Provimento originário é aquele em que o cargo é preenchido por alguém que já tenha vínculo anterior com outro cargo sujeito ao mesmo estatuto.
- b. Readaptação ocorre com restabelecimento, por laudo médico, de servidor aposentado por invalidez ou vício de legalidade no ato que concedeu a aposentadoria.
- c. Ascensão ou acesso é a forma de progressão pela qual o servidor é elevado de cargo situado na classe mais elevada de uma carreira para cargo da classe inicial de carreira diversa ou de carreira tida como complementar da anterior.
- d. Recondução é a passagem do servidor de seu cargo efetivo para outro de igual denominação, situado em quadro funcional diverso.
- e. Exercício é o ato administrativo que materializa o provimento originário de um cargo.

QUESTÃO 31

Sobre a Licitação, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b. Quando a União tiver que interferir no domínio econômico para regular os preços ou normalizar o abastecimento.
- c. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d. Convite é a modalidade de licitação entre os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- e. É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei (8.666/93), que inibam a participação na licitação.

QUESTÃO 32

Quanto ao poder constituinte originário, analise as afirmações.

- I. É inicial, pois sua obra – a Constituição – é a base da ordem jurídica.
- II. É limitado, pois deve respeitar os limites postos pelo direito positivo antecessor.
- III. É condicionado, pois está sujeito a formas prefixadas para manifestar sua vontade.
- IV. É permanente, pois não desaparece com a realização da sua obra.

Em face das proposições acima, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 33

Análise as alternativas e assinale a **correta**.

- a. Segundo jurisprudência do STF, as decisões de qualquer das Turmas do Pretório Excelso são inatacáveis por *habeas corpus*, uma vez que a Turma, quando profere julgamento em matéria de sua competência, representa o próprio Supremo Tribunal Federal.
- b. A disciplina constitucional sobre a competência para o ajuizamento de *habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou tribunais estaduais foi alterada pela Emenda Constitucional nº 22, de 18 de março de 1999, que passou a fazer diferenciação entre essas duas hipóteses.
- c. Segundo jurisprudência do STF, as decisões de qualquer das Turmas do Pretório Excelso são atacáveis por *habeas corpus*.
- d. Segundo decisão do STJ, o *habeas corpus* não poderá ser utilizado como meio processual adequado para cessar constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do acusado-preso, decorrente de abusivo excesso de prazo para o encerramento da instrução processual penal.
- e. Segundo decisão do STJ, a greve de serventuários da justiça não configura força maior, ensejando alegação de excesso de prazo em sede de *habeas corpus*.

QUESTÃO 34

Quanto às Provas Ilícitas, assinale a alternativa **correta**.

- a. As provas ilícitas têm o condão de anular o processo, ensejando na perda de validade das demais provas lícitas produzidas.
- b. Aqueles que, ao praticarem atos ilícitos, inobservarem as liberdades públicas de terceiras pessoas e da própria sociedade, desrespeitando a dignidade da pessoa humana, não poderão invocar, posteriormente, a ilicitude de determinadas provas para afastar suas responsabilidades civis e criminais perante o Estado.
- c. As provas ilícitas, bem como todas aquelas delas derivadas, são constitucionalmente inadmissíveis, entretanto, não devem ser desentranhadas do processo.
- d. As provas ilícitas são aquelas obtidas com infringência ao direito processual. Por sua vez, as provas ilegítimas são as obtidas com desrespeito ao direito material.
- e. A inadmissibilidade das provas ilícitas no processo deriva da posição preferente dos direitos fundamentais do ordenamento jurídico, tornando-se possível a violação de uma liberdade pública para obtenção de qualquer prova.

QUESTÃO 35

Em relação aos Direitos Políticos, assinale a alternativa **correta**.

- a. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto indireto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular.
- b. O direito de sufrágio é a essência do direito político, expressando-se apenas pela capacidade de eleger.
- c. A capacidade eleitoral passiva não é um dos aspectos do direito de sufrágio.
- d. A elegibilidade diz respeito à capacidade eleitoral ativa.
- e. São direitos públicos subjetivos que investem o indivíduo no *status activae civitatis*, permitindo-lhe o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, de maneira a conferir os atributos da cidadania.

QUESTÃO 36

Quanto aos Municípios, assinale a alternativa **correta**.

- a. Autogoverna-se mediante a eleição indireta de seu prefeito, vice-prefeito e vereadores, sem qualquer ingerência dos Governos Federal e Estadual.
- b. Autoorganiza-se mediante a eleição direta de seu prefeito, vice-prefeito e vereadores.
- c. Reger-se-ão por leis orgânicas municipais, votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que as promulgará.
- d. A Constituição Federal consagrou o município como entidade federativa dispensável ao nosso sistema federativo.
- e. Autogoverna-se por meio de sua Lei Orgânica Municipal e, posteriormente, por meio da edição de leis municipais.

QUESTÃO 37

Análise as alternativas e assinale a **correta**.

- a. O controle político sobre a decretação do Estado de Defesa é posterior.
- b. No que tange às áreas abrangidas, o Estado de Defesa possuirá âmbito nacional.
- c. O controle político sobre a decretação do Estado de Defesa é prévio.
- d. O Estado de Defesa possui prazo máximo de 30 dias, prorrogado por mais 30 dias, de cada vez.
- e. O Estado de Sítio possui prazo máximo de 30 dias, prorrogado por mais 30 dias, uma única vez.

QUESTÃO 38

No que tange às *Clausulas Pétreas*, assinale a alternativa **correta**.

- a. A separação dos poderes é uma *clausula pétrea* implícita.
- b. O voto direto é uma *clausula pétrea* implícita.
- c. A proibição de revogação do Art. 60 da Constituição da República é uma *clausula pétrea* explícita.
- d. Segundo decisão do STF, a imunidade tributária recíproca é considerada uma *clausula pétrea* implícita.
- e. A dignidade da pessoa humana é uma *clausula pétrea* explícita.

QUESTÃO 39

Análise as alternativas e assinale a **correta**.

- a. A União não poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- b. A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para por termo a grave comprometimento da ordem pública.
- c. A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de um ano consecutivo.
- d. A União não poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- e. A União não poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.

QUESTÃO 40

Leia atentamente as proposições.

- I. Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, podendo delegar referida atribuição aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que obedecerão aos limites traçados nas respectivas delegações.
- II. Compete privativamente ao Presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar referida atribuição aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que obedecerão aos limites traçados nas respectivas delegações.
- III. Declarar guerra, podendo delegar referida atribuição aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que obedecerão aos limites traçados nas respectivas delegações.
- IV. Editar medidas provisórias com força de lei, podendo delegar referida atribuição aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que obedecerão aos limites traçados nas respectivas delegações.

Em face das proposições, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 41

Assinale a afirmativa **correta** a respeito dos crimes de furto, com base no entendimento dos Tribunais Superiores.

- a. Adota-se a teoria da *amotio*, segundo a qual o crime se consuma quando o agente desloca ou remove a *res* furtiva da esfera de vigilância da vítima, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica da mesma.
- b. O agente que emprega fraude para alterar o medidor de energia elétrica comete o crime de furto de energia elétrica.
- c. A pessoa que se conduz à subtração de dinheiro do bolso da vítima, sem que esta provenha de qualquer valor em ambos os bolsos, responderá pelo crime de tentativa de furto.
- d. Configura crime de estelionato e não de furto a ação de pessoa que simula interesse na compra de uma motocicleta, a pretexto de testá-la, e acaba dela se apossando.
- e. A ligação direta realizada para efeito de subtração de veículo não pode ser considerada a qualificadora do inciso III, § 4º, art. 155, CP, consistente em chave falsa.

QUESTÃO 42

Com relação aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **correta**.

- a. No regime de semiliberdade é possibilitada a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.
- b. Considera-se ato infracional somente a conduta descrita como crime.
- c. A remissão concedida pela autoridade judiciária conduz à extinção do processo e não à suspensão.
- d. Com relação ao procedimento dos atos infracionais, nos termos do ECA, é desnecessária a defesa técnica por advogado, desde que seja nomeado curador para o menor infrator, ainda que leigo.
- e. A medida de internação possui o prazo determinado de 06 (seis) meses.

QUESTÃO 43

Ciente de que “errar humam est”, ou seja, que o erro faz parte do cotidiano do homem, assinale a alternativa **correta**.

- a. O erro de tipo, que também já foi chamado de erro de fato, sempre se prestou a excluir a tipicidade.
- b. A figura do erro de tipo recai sobre os elementos objetivos e subjetivos constitutivos do tipo.
- c. O marinheiro, que é preso no Brasil em posse de lança-perfume quando vinha da Argentina, acreditando que tal droga é permitida neste país, atua em verdadeiro erro de tipo.
- d. A doutrina considera que quando o agente puder conhecer a ilicitude de sua conduta mediante o “esforço de sua inteligência”, o erro de proibição será inescusável.
- e. Aquele que erra sobre o conceito de funcionário público, supondo que seu companheiro de empreitada criminosa não o seja, atua em erro de tipo e não em erro de subsunção.

QUESTÃO 44

No que tange ao concurso de pessoas e à participação, pode-se inferir que:

- a. a Teoria Unitária preconiza que o prévio acordo entre todos os participantes é o suficiente para concebê-los como autores, prescindindo-se da individualização da contribuição de cada um.
- b. há co-autoria na conduta de dois agentes que, de forma culposa, jogam uma viga de concreto do cume de um prédio, atingindo um transeunte, que vem a falecer.
- c. de acordo com a Teoria da Acessoriedade Limitada, para que o partícipe seja punido é preciso que o autor tenha cometido um injusto típico e seja culpável.
- d. a mulher que se utiliza de menor para cometimento do crime de estupro contra a vítima, que foi ameaçada e dominada por ela, é co-autora do crime, ao passo em que, se não participar diretamente, será autora mediata.
- e. não se admite autoria mediata em crimes próprios.

QUESTÃO 45

Sabendo-se que o concurso de crimes se perfectibiliza quando o agente, com uma só conduta ou várias, realiza mais de um crime, assinale a alternativa **correta**.

- a. Não é possível concurso de crimes entre delito culposo e outro doloso.
- b. Quando algum ou alguns dos crimes cometidos em continuidade delitiva são alcançados por lei nova mais gravosa, a punição se dará de acordo com esta.
- c. Há concurso material nas condutas do médico que diuturnamente pratica exercício ilegal da medicina.
- d. O sistema de exasperação da pena, utilizado em se tratando de concurso formal de crimes, é observado até mesmo para a pena de multa.
- e. O concurso material implica a reincidência.

QUESTÃO 46

Acerca das causas extintivas da punibilidade, assinale a alternativa **correta**.

- a. A extinção da punibilidade do crime-fim estende-se ao crime-meio.
- b. O indulto coletivo somente pode ser concedido pelo Presidente da República.
- c. Acórdão confirmatório da sentença condenatória interrompe a prescrição.
- d. A prescrição da pretensão punitiva retroativa somente pode ser reconhecida pelo juízo da execução, uma vez que com a prolação de decisão de mérito o juiz sentenciante esgotou sua função jurisdicional.
- e. O acórdão condenatório do Supremo Tribunal Federal, em julgamento originário, interrompe a prescrição.

QUESTÃO 47

O Título VII do Código Penal, sob a rubrica “Dos Crimes contra a Família”, tutela a instituição do casamento e da organização familiar que dela decorre.

Acerca desta espécie de crime, é **correto** afirmar.

- a. O delito de bigamia se consuma no momento da lavratura do assento no livro de Registro.
- b. A pessoa que faz falsa declaração, promovendo o registro civil de nascimento inexistente, comete o crime de falsidade ideológica.
- c. A meretriz que permite que seu filho, menor de 18 (dezoito) anos, resida em casa de prostituição, comete o delito de abandono moral, previsto no art. 247, do CP.

- d. O delito intitulado “parto suposto” consubstancia na conduta da mãe que dá parto próprio como alheio.
- e. O pagamento, a *posteriori* da prisão civil, de pensão alimentícia judicialmente acordada, impede a consumação do crime de abandono material.

QUESTÃO 48

Os crimes contra a fé pública justificam-se em razão da quebra de confiança nos documentos públicos emitidos pelo Estado.

Sobre estes delitos, assinale a alternativa **correta**.

- a. O extorsionário, que para evitar o reconhecimento do papel-moeda que recebeu como pagamento de resgate, substitui o número das séries, comete o crime de moeda-falsa.
- b. O fato típico de falsificação de documento público pode se efetivar através de rasura ou cancelamento de palavra do texto, ainda que não haja substituição de seu conteúdo.
- c. O médico, funcionário público, que fornece atestado falso para habilitar alguém a obter vantagem de natureza pública se subsume nas penas do crime de falsidade de atestado médico.
- d. O sujeito que recebe papel-moeda fraudado, ciente desta circunstância, incorre nas penas do crime de receptação ou favorecimento real.
- e. O delito de falsificação de documento público previdenciário pode ser praticado de forma omissiva.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa em que o agente, ao se apropriar de verbas públicas, **não** responderá pelo crime de peculato.

- a. Funcionário usurpador.
- b. Funcionário que não tomou posse.
- c. Funcionário nomeado de forma ilegal.
- d. Agentes públicos que atuam em entidade paraestatal.
- e. Funcionário que não prestou compromisso ao tomar posse.

QUESTÃO 50

O fato típico não conduz a um juízo definitivo de antijuridicidade ou de culpabilidade, sendo destas últimas apenas expressão, uma vez que pode haver causa dirimente ou eximente. Quanto a estas circunstâncias, assinale a alternativa **correta**.

- a. O empresário que deixa de pagar os tributos para priorizar o salário dos empregados, quando não podia agir de modo diverso, pode ser absolvido com base em excludente de culpabilidade.
- b. A legítima defesa putativa exclui a antijuridicidade da conduta.
- c. Não é possível a configuração de legítima defesa putativa contra quem age em legítima defesa real.
- d. A excludente da culpabilidade prevista no art. 22 do CP, consistente em obediência hierárquica, é aplicável às relações de direito público e privado.
- e. Se a dependência toxicológica gerar a semi-imputabilidade, haverá a prolação de uma sentença absolutória imprópria.

QUESTÃO 51

Tendo em vista que o controle das armas de fogo é medida necessária para evitar a degradação da segurança pública, assinale a alternativa **correta**.

- a. O Estatuto do Desarmamento não faz restrição à venda de simulacros e réplicas de arma de fogo.
- b. Constitui *bis in idem* o concurso material entre os crimes de homicídio e porte ilegal de arma de fogo quando o primeiro é cometido com a utilização do artefato proibido, ainda que a arma já esteja em poder do agente há algum tempo.
- c. Um tiro desferido em condomínio fechado, com exceção das hipóteses de loteamento, não importa na figura típica de disparo de arma de fogo, eis que não há via pública.
- d. Agente que é preso em flagrante em posse de duas armas de fogo, sendo uma de uso permitido e a outra de numeração raspada, responderá por dois crimes: posse de arma de fogo de uso permitido e de uso restrito.
- e. A pessoa, possuindo autorização para o porte de arma de fogo permitido, que adentra em local público com a arma, não comete qualquer crime, mas tão somente sanção administrativa.

QUESTÃO 52

Através do art. 5º, inciso XLIII, da CF, infere-se que o Brasil adotou o critério legal para tipificação dos crimes hediondos.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. O crime conhecido como “sequestro relâmpago”, previsto no art. 158, § 3º, do CP, é hediondo.

- b. Tendo em vista que a infração penal de falsificação de produto terapêutico não se encontra inserido no rol que disciplina as prisões temporárias, não é possível a decretação de tal édito construtivo em relação a este crime.
- c. O art. 9º da Lei dos Crimes Hediondos, que previa a causa de aumento em caso de presunção de violência, perdeu a aplicabilidade com o advento da Lei nº 12.015/2009.
- d. Com a tipificação do crime de estupro de vulnerável em tipo próprio, cujo preceito secundário é mais severo que na lei anterior, nunca será admitida a aplicação do novel artigo em relação aos crimes cometidos antes de sua vigência.
- e. O delito de extorsão mediante sequestro é hediondo apenas em sua modalidade qualificada.

QUESTÃO 53

A respeito dos crimes disciplinados pela Lei nº 9.455/97, que dispõe sobre Tortura, é **correto** afirmar.

- a. O torturador, que constrange alguém com emprego de grave ameaça, para o fim de promoção de atividade de natureza criminosa, responderá apenas pelo delito de tortura e não como autor mediato do crime que o sujeito passivo foi obrigado a cometer.
- b. Ainda que transcorrido o prazo de interdição do exercício de função pública, fixado na sentença, não poderá o condenado ser reintegrado ao serviço.
- c. A modalidade de tortura prevista no § 1º, segundo a qual “na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal”, é crime próprio.
- d. A perda do cargo, emprego ou função, deve constar de forma expressa na sentença, devendo o magistrado fundamentar sua aplicação.
- e. O sequestro qualifica o crime de tortura.

QUESTÃO 54

No que concerne aos direitos do condenado, pode-se afirmar.

- a. O instituto da remissão somente é permitido no regime fechado de cumprimento de pena, já que no semi-aberto pressupõe-se o exercício laboral.

- b. A autorização para saída temporária da colônia agrícola pode ser concedida pelo diretor do estabelecimento.
- c. De acordo com a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares são estabelecidas por lei local.
- d. Consoante entendimento sumulado do STJ, pena fixada pelo juízo federal, ainda que cumprida em estabelecimento estadual, deve ser por aquele fiscalizada.
- e. Em caso de falta disciplinar, pune-se a tentativa com a pena correspondente à falta consumada.

QUESTÃO 55

Acerca dos crimes elencados na Lei nº 11.343/06, que trata da repressão ao tráfico de drogas, assinale a alternativa **correta**.

- a. Havendo concurso entre o crime de posse de droga para consumo pessoal e outro de maior severidade, impõe-se a separação obrigatória dos processos, já que aquele possui competência absoluta fixada na Constituição Federal.
- b. Adolescente que comete o delito previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/06 sofre aplicação das medidas sócioeducativas do ECA, que podem ser mais graves que as contempladas na legislação em apreço.
- c. O informante do morro, que soltando fogos, avisa o grupo criminoso que a polícia está chegando, não pratica o crime de tráfico de drogas.
- d. O agente que aluga sua residência, localizada em local ermo, para que outrem pratique traficância, incorre no tipo penal do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.
- e. A causa de aumento de pena para o usuário reincidente tem como critério a condenação criminal anterior a qualquer espécie de crime e não somente o tipificado no art. 28 da lei Anti-Drogas.

QUESTÃO 56

Sobre a Lei Maria da Penha, é **incorreto** afirmar.

- a. Inserem-se no âmbito de aplicação da Lei as relações entre ex-namorados, ainda que não tenha havido convivência.
- b. Crime de violência doméstica, praticado contra a mulher a bordo de aeronave, será julgado perante a Justiça Estadual.
- c. A Lei nº 11.340/06 não previu rito diferenciado.

- d. Apelação interposta contra sentença prolatada por Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher será julgada pelo Tribunal de Justiça respectivo.
- e. A Lei supra fugiu da *ratio essendi* original, de destinar especial cuidado às vítimas maltratadas por seus parceiros, abarcando relações homoafetivas entre mulheres.

QUESTÃO 57

Ciente de que lavagem de capitais é o método pelo qual uma ou mais pessoas, ou uma ou mais organizações criminosas, processam os ganhos financeiros ou patrimoniais adquiridos com atividades ilícitas, pode-se afirmar.

- a. A condenação do agente pelo crime anterior é pressuposto para a configuração do crime de lavagem de capitais.
- b. Se o crime antecedente se der na forma tentada, não há que se falar em delito posterior de lavagem de capitais.
- c. A ocultação de valores provenientes de jogo do bicho tipifica o crime de lavagem de capitais.
- d. O legislador adotou o princípio da acessoriedade limitada para os delitos de lavagem de capitais.
- e. O crime de lavagem de dinheiro sempre será julgado perante a Justiça Federal, independente do fato típico anteriormente cometido.

QUESTÃO 58

Sujeito que obtém, mediante fraude, financiamento em instituição financeira, comete crime:

- a. de estelionato.
- b. contra o sistema financeiro.
- c. contra a ordem tributária.
- d. de falsidade ideológica.
- e. contra as relações de consumo.

QUESTÃO 59

Acerca dos crimes de trânsito, previstos na Lei nº 9.503/97, assinale a alternativa **correta**.

- a. Lesão corporal culposa na direção de veículo, decorrente de racha, admite suspensão condicional do processo.
- b. O agente que, condenado nas penas de um dos crimes de trânsito, descumprir ordem judicial de entrega da habilitação no prazo legal de 48h, comete crime de desobediência.

- c. A pessoa que dirige embarcação a motor em águas públicas, sem a devida permissão, comete contravenção penal.
- d. Tendo em vista que o crime de lesão corporal decorrente de embriaguez ao volante é infração de menor potencial ofensivo, será lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência e não Inquérito Policial.
- e. Para a configuração da infração administrativa de direção embriagada, disposta no art. 165 da Lei de Trânsito, é imprescindível a realização de perícia técnica.

QUESTÃO 60

Considere a descrição típica contida no artigo 316, "caput", do Código Penal:

"Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida".

Sobre o exposto, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. No crime de concussão, o Estado é o sujeito passivo principal e o particular é o sujeito passivo secundário.
- b. Reputa-se consumado o crime de concussão com a mera exigência da vantagem indevida, independentemente da sua obtenção.
- c. Policial militar, que exige para si vantagem ilícita em razão da função, não comete o crime de concussão, e sim um tipo próprio previsto no Código Penal Militar.
- d. O elemento normativo "vantagem ilícita" contido no tipo refere-se a qualquer tipo de proveito proibido, ainda que não econômico e patrimonial.
- e. A pessoa que, simulando ser funcionário público, exige a vantagem ilícita para si, em razão da suposta função, comete crime de concussão.

QUESTÃO 61

A respeito das provas no Direito Processual Penal, à luz do entendimento dos Tribunais Superiores e da legislação respectiva, assinale a alternativa **correta**.

- a. Prova emprestada, que não preencha os requisitos exigidos como identidade de partes e presença de contraditório, não pode ser utilizada pelo magistrado, nem como indício.
- b. Os Tribunais têm entendido que a alegação de legítima defesa pela vítima de crime, em caso de registros telefônicos desautorizados, somente é admissível em

se tratando de escuta telefônica e não de interceptação.

- c. A inviolabilidade de correspondência abrange encomendas.
- d. A gravação telefônica realizada sem a autorização judicial é prova ilícita.
- e. O conhecimento fortuito de crime distinto daquele para o qual foi autorizada a quebra do sigilo telefônico, induz à imprestabilidade da prova, não podendo servir de base a eventual Inquérito Policial.

QUESTÃO 62

Com relação às medidas assecuratórias previstas no CPP, assinale a alternativa **correta**.

- a. A medida legal do sequestro não incidirá sobre os bens previstos na Lei nº 8.009/90, consistentes em bens de família.
- b. Com a decretação do sequestro, perde-se o direito de obtenção dos frutos.
- c. A espécie de sentença que autoriza o cancelamento da hipoteca é a absolutória irrecorrível.
- d. A Lei de Drogas, diversamente do Código de Processo Penal, descuidou-se da hipótese de suspensão do sequestro de bens.
- e. A hipoteca legal não impede a alienação do bem.

QUESTÃO 63

Acerca do instituto excepcional da constrição da liberdade, assinale a alternativa **correta**.

- a. O assistente de acusação tem legitimidade para representar por prisão preventiva.
- b. Prisão preventiva decretada para assegurar eficácia de medida de urgência, deferida à mulher em situação de violência doméstica e familiar, prescinde da presença de outro requisito previsto no art. 312 do CPP.
- c. O adolescente em flagrante de ato infracional jamais poderá ser preso em flagrante.
- d. A prisão temporária em relação ao crime intitulado "sequestro relâmpago" poderá ser decretada pelo período de 30 dias.
- e. Após representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, o juiz terá o prazo de 48h para decidir sobre a necessidade de prisão temporária.

QUESTÃO 64

Em relação à competência no âmbito do Direito Processual Penal, assinale a alternativa **correta**.

- a. Em sessão plenária de julgamento, houve a desclassificação do crime de homicídio doloso para a figura culposa. Neste caso, os jurados não quesitarão o crime conexo da lesão corporal de natureza grave pelo qual o acusado também foi pronunciado, passando a competência ao juiz presidente.
- b. O juízo competente para processo e julgamento do crime de estelionato, decorrente de cheque devolvido por insuficiência de fundos, é a comarca onde se deu a emissão da cártula.
- c. Crime cometido em face de juiz eleitoral deve ter prosseguimento perante a Justiça Especializada, ou seja, a Justiça Eleitoral.
- d. A doutrina majoritária entende que havendo concurso de pessoas para o cometimento do crime de homicídio entre um juiz e um cidadão comum, será imperioso o julgamento de ambos perante o Tribunal de Justiça a que estiver vinculado o primeiro.
- e. Consoante art. 109, da CF, o simples fato de a droga ser adquirida no estrangeiro atrai a competência para a Justiça Federal.

QUESTÃO 65

Considerando que o Inquérito Policial é procedimento administrativo destinado à apuração de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, assinale a alternativa **correta**.

- a. As peças de informação instauradas antes do advento da Lei nº 12.015/2009, para efeito de apuração do crime de estupro praticado por padrasto contra enteada, terão seguimento normal, prescindindo da colheita de termo de Representação.
- b. O Ministério Público pode requisitar o indiciamento de suspeito.
- c. Em se tratando de crime de embriaguez ao volante, cometido antes da entrada em vigor da Lei nº 11.705/98, não será exigido o teste etilométrico, eis que o delito era de perigo concreto.
- d. A recusa do indiciado à identificação criminal, quando autorizada por lei, configura crime de desobediência.

- e. O STJ manifesta-se no sentido de que o arquivamento implícito de Inquérito Policial possibilita à vítima a interposição de Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.

QUESTÃO 66

Assinale a alternativa em que se procede mediante Ação Penal Pública Condicionada à Representação.

- a. Tráfico de influência.
- b. Violação de comunicação telefônica com abuso de função em serviço telefônico.
- c. Injúria real.
- d. Divulgação de segredo profissional.
- e. Perigo de contágio de moléstia grave.

QUESTÃO 67

Considerando que, não raras vezes, a resolução do mérito de uma causa depende da análise de uma questão prejudicial anterior, assinale a alternativa **correta**.

- a. A questão prejudicial extrapenal devolutiva absoluta necessita de ação civil já intentada.
- b. Inquérito policial comporta a incidência de questão prejudicial.
- c. Segundo a jurisprudência pátria, a prévia prestação de contas é questão prejudicial heterogênea para efeito de configuração do crime de apropriação indébita quando houver complexidade nas contas entre as partes.
- d. O indeferimento da suspensão em caso de questão prejudicial extrapenal devolutiva relativa comporta o recurso em sentido estrito.
- e. A decisão que ordena a suspensão do processo, em se tratando de causa devolutiva obrigatória, é irrecorrível.

QUESTÃO 68

As exceções são consideradas meio de defesa indireta, utilizáveis para refutar questões diversas do mérito da ação penal.

Concernente a este meio defensivo, assinale a alternativa **correta**.

- a. A exceção de suspensão apenas é admissível até o trânsito em julgado da sentença penal.
- b. Consoante Informativo do STF, em caso de acolhimento da exceção de incompetência, o juízo a que remetido o processo prescindirá de novo recebimento da denúncia, mormente quando for aproveitar a instrução criminal.

- c. Tendo em vista que a duplicidade de Inquéritos Policiais instaurados para apuração do mesmo fato criminoso gera litispendência, faculta-se ao indiciado a impetração de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- d. O denunciado poderá opor exceção de coisa julgada material em caso de oferecimento de exordial acusatória pelo Ministério Público para apuração de fato em que, anteriormente, já houve rejeição da queixa-crime intentada pelo querelante.
- e. Havendo declaração de suspeição pelo desembargador relator, é obrigatória a devolução dos autos ao setor competente para nova distribuição.

QUESTÃO 69

A respeito da ação constitucional autônoma de impugnação, prevista no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, pode-se **afirmar** que:

- a. é cabível a impetração de *habeas corpus* para combater decisão que recebeu denúncia em caso do fato típico previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/06, consistente na infração *sui generis* de uso de drogas.
- b. o *habeas corpus* pode ser impetrado para efeito de decretação da extinção da punibilidade, quando esta já tiver sido alcançada, em caso de crime cujo preceito secundário seja de multa.
- c. contra decisão que determinou em sessão plenária de julgamento pelo Júri, que o acusado permanecesse algemado, sem que preexistisse qualquer requisito constante na Súmula Vinculante de nº 11 do STF, é impetrável *habeas corpus*.
- d. ante a excepcionalidade verificada na vigência de estado de sítio, é inadmissível a impetração de *habeas corpus*, ainda em se verificando vício de índole formal.
- e. apesar de não se incluir o *habeas corpus* em ato privativo da advocacia, exige-se capacidade civil do impetrante.

QUESTÃO 70

Tendo em vista que o processo caminha a uma decisão definitiva de mérito, assinale a alternativa **correta**.

- a. A ausência do relatório na sentença gera nulidade relativa.
- b. A incapacidade para exercício do pátrio poder, como efeito decorrente de uma sanção condenatória, pode ser extensível aos filhos que não foram vítimas do crime, sendo possível reabilitação criminal em relação a estes.

- c. O efeito extrapenal específico de perda da função pública, imposta na sentença, é aplicável a magistrados e promotores.
- d. Mesmo com o esgotamento de instância, o juiz poderá reconhecer, de ofício, nulidades absolutas.
- e. A sentença proferida em audiência, através de método de estenotipia, é ato inexistente, já que não é possível constar a autenticidade exigida pelo CPP.

QUESTÃO 71

Sabendo-se que a liberdade provisória é o instituto por meio do qual, em algumas situações, concede-se ao indivíduo o direito de aguardar em liberdade o final do processo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Se ocorre excesso de prazo na conclusão do processo, o qual é imputável ao juízo, impõe-se a concessão de liberdade provisória.
- b. Com o advento da Lei nº 11.464/2007, é permitida a concessão de liberdade provisória para aqueles que tenham participação em organizações criminosas.
- c. O valor da fiança leva em conta a pena mínima cominada ao tipo penal pelo qual se deu a prisão em flagrante.
- d. Com o trânsito em julgado da sentença condenatória, a fiança recolhida é perdida, prestando-se ao pagamento das custas, eventual multa e satisfação do dano.
- e. Na fase de pronúncia, no sistema escalonado do Júri, poderá o magistrado arbitrar fiança ao denunciado em caso de desclassificação.

QUESTÃO 72

Com respeito ao princípio da correlação, segundo doutrina majoritária, na situação em que o *Parquet* oferece exordial acusatória em face de um acusado, em decorrência do crime de roubo, capitulando este nas penas do art. 157, do Código Penal, e no curso da instrução processual penal sobrevém prova de que, na realidade, não houve violência ou grave ameaça na conduta do agente, ficando, contudo assente a subtração.

Nesse caso, deverá o juiz:

- a. desclassificar o crime e sentenciar, sem abertura de vista ao Ministério Público, eis que caso de *emendatio libelli*.
- b. julgar improcedente a denúncia, absolvendo o réu.
- c. determinar a intimação das partes para nova produção de provas.
- d. oferecer transação penal.

- e. desclassificar o crime e abrir vista ao Ministério Público para fins de *muttatio libelli*.

QUESTÃO 73

Acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa **correta**.

- O STJ é o órgão competente para julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato de um Tribunal de Justiça.
- Da decisão de juiz singular que indefere a segurança, cabe recurso em sentido estrito.
- Em que pese dispor o Código de Processo Penal que será cabível recurso em sentido estrito da decisão de indeferimento da restituição de bem apreendido, é viável a impetração de mandado de segurança para este fim.
- Mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público prescinde da citação do réu como litisconsorte.
- Pessoa jurídica pode figurar como autoridade coatora no polo passivo do mandado de segurança.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa que destoa do sistema acusatório encampado pelo Código de Processo Penal.

- Isonomia Processual.
- Ampla defesa.
- Presunção de inocência.
- Produção de provas *ex officio* pelo juiz em fase inquisitiva.
- Obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais.

QUESTÃO 75

A autoridade policial tomou conhecimento que, vinte e quatro horas atrás, a pessoa de Maria, que é deficiente mental, teve sua residência invadida, com a utilização de grave ameaça, para o fim de esbulho possessório.

Quanto a esta situação, assinale a alternativa **correta**.

- Deverá a autoridade policial enviar diligências e efetuar a prisão em flagrante do agente invasor.
- Deverá a autoridade policial baixar portaria para elucidar os fatos.
- A autoridade deve colher dados para representar pela prisão preventiva do agente.
- O Delegado de Polícia, nesta situação, nada poderá fazer antes da colheita do requerimento do representante legal da vítima.

- e. Deverá instaurar Portaria e enviar diligências elencadas no art. 6º do CPP, após requerimento da vítima.

QUESTÃO 76

Quanto ao procedimento escalonado do Tribunal do Júri, é **correto** afirmar que:

- sustentando a defesa tese desclassificatória, deverá este quesito ser elaborado após o referente à autoria.
- a sentença de pronúncia é decisão interlocutória simples.
- no procedimento do júri foi prevista a possibilidade de absolvição sumária após análise da resposta à acusação pelo juiz.
- ante a possibilidade de intimação por edital da sentença de pronúncia, prevalece o entendimento de que a sessão plenária poderá ser realizada sem a intimação pessoal do réu.
- compete ao juiz singular a apreciação acerca da necessidade de desaforamento, eis que este é que tem condições de avaliar a existência dos motivos relevantes em sua comarca.

QUESTÃO 77

No que concerne ao procedimento comum ordinário e sumário, e ao especial, assinale a alternativa **correta**.

- No procedimento sumário é incabível a inversão da ordem de oitiva das testemunhas.
- Os crimes falimentares seguem o rito sumário.
- Crimes inafiançáveis, praticados por funcionário público, contemplam a benesse da apresentação de resposta à acusação antes do recebimento da denúncia.
- Tratando-se de crime contra a honra, aplica-se o procedimento comum sumário, sem qualquer peculiaridade especial.
- O delito de uso de drogas, por ser infração *sui generis*, deve seguir o rito ordinário.

QUESTÃO 78

Assinale a alternativa que se distancia das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.653/93, que dispõe sobre o transporte de presos.

- Dignidade da pessoa humana.
- Princípio da humanidade.
- Legalidade.
- Vedação de penas degradantes.
- Direito à imagem.

QUESTÃO 79

Quanto à ação penal, é **correto** afirmar.

- a. A denúncia ou queixa narrará o fato delituoso com todas as suas circunstâncias, podendo o juiz retificá-la no momento de seu recebimento.
- b. Discordando o juiz quanto ao pedido de declínio de competência, efetivado pelo Ministério Público, deverá dar prosseguimento ao processo.
- c. Em caso de Ação Penal Privada Subsidiária da Pública, poderá o *Parquet* aditar a queixa, não podendo, contudo, retomar a ação como parte principal.
- d. Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, esta será oferecida no prazo decadencial de 6 (seis) meses, admitindo-se a retratação após o recebimento da denúncia.
- e. A rejeição da denúncia ou queixa proposta, por parte ilegítima, não obsta o exercício da ação penal por quem tenha legitimidade, enquanto não extinta a punibilidade.

QUESTÃO 80

Analise as alternativas acerca da delimitação da função jurisdicional e assinale a **correta**.

- a. Compete à Justiça Estadual o julgamento do crime de falsa anotação de Carteira Nacional de Trabalho.
- b. Compete à Justiça Militar o processo e julgamento do crime de abuso de autoridade praticado por policial militar em serviço.
- c. Compete à Justiça Comum Federal processar e julgar o crime de falsificação e uso de documento relativo a estabelecimento particular de ensino.
- d. Compete à Justiça Estadual o julgamento do crime de falsificação de carteira nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e. Persiste a competência do Tribunal do Júri em havendo desclassificação do crime de homicídio doloso praticado por militar contra civil para a conduta culposa.